

O FENÔMENO DA(S) JUVENTUDE(S) A PARTIR DE UM PRISMA SOCIOLÓGICO: DESAFIOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS

GUIMARÃES, Alessandro da Silva

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir algumas questões teóricas, metodológicas e epistemológicas relacionadas ao estudo do fenômeno da(s) juventude(s) a partir de uma perspectiva sociológica. Busca-se, assim, problematizar este tema tendo em vista todos os desafios que são lançados aos pesquisadores que se propõe a estudar as realidades sociais dos jovens e as várias formas de juventudes que são construídas a partir de diferentes configurações históricas e sócio-culturais.

PALAVRAS-CHAVE

Juventudes. Conceituação. Epistemologia.

JOVENS E JUVENTUDES: DESAFIOS CONCEITUAIS

Numa metáfora que alude ao universo social, Pais (2008) fala do jogo de máscaras que caracteriza as ações sociais. Ao discutir sobre tais máscaras, segundo esse sociólogo, “[...] não há melhor representação do que aquela que é simulada com a maior das naturalidades” (PAIS, 2008, p. 7). Dessa forma, as máscaras representam nossos jogos sociais de simulação-dissimulação onde nosso “eu”, socialmente construído e reconstruído nos mais diversos cenários da vida cotidiana, recorre de forma frequente às habilidades da representação de modo a encenar, conforme proclama Goffman “[...] máscaras mais ou menos dissimuladas que garantam uma boa atuação nos relacionamentos cotidianos” (apud PAIS, 2008, p. 7). Na lógica implícita a esse raciocínio, portanto, um dos grandes desafios para a sociologia seria desmascarar as atuações cotidianas, buscando descobrir, decifrar o que elas mostram a partir do que elas ocultam, tendo em vista que:

Se a realidade nos aparece mascarada é sensato não desprezar suas máscaras, embora seja certo que elas, como os mitos, não podem explicar-se por si só, como nos ensinou Lévi-Strauss (1979). Para desvendar o que as máscaras ocultam é necessário decifrar os seus enigmas (Pais, 2003). De que forma? Pesquisando os usos que se fazem das máscaras. É esse o grande desafio que lanço, tomando como referenciais empíricos diferentes cenários de produção de atuação das

máscaras, a começar pelos atos de nomeação que mascaram a realidade a partir do momento em que a nomeiam (PAIS, 2008, p. 7).

Partindo dessas premissas para o estudo das culturas juvenis, objeto empírico desse pesquisador lusitano, ele nos chama a atenção para que, munidos de um olhar científico apurado, possamos identificar e interpretar as máscaras que caracterizam os estilos juvenis para que, dessa forma, estejamos atentos às tramas de significados que esses costumes podem ocultar.

Todavia, devemos estar atentos para o fato de que as próprias realidades, ao serem nomeadas, se tornam já, nesse processo, realidades mascaradas, pois “[...] os nomes atuam como máscaras das realidades nomeadas” (PAIS, 2008, p. 8). Com isso, o autor quer nos provocar a refletir que, por exemplo, quando falamos de juventude como uma realidade nominal, a tendência é anular as distinções que de fato encontramos entre os vários jovens e as várias juventudes em contextos empíricos. À sociologia caberia, portanto, desmascarar essa homogeneidade que é ilusória.

Para ilustrar esse raciocínio de forma mais clara, Pais (2008) recorre a uma citação de Nietzsche que nos lembra que “[...] todo conceito deriva de igualarmos o que é desigual” (NIETZSCHE apud PAIS, 2008, p. 8). Assim, um jovem não é, de fato, igual a outro jovem e o conceito de jovem é uma mera abstração arbitrária de diferenças individuais. Essa abstração tem

consequências diretas nas representações sobre as juventudes tendo em vista que ela “[...] dá origem à idéia de que, para além de jovens existirá ‘o jovem’ – suprema singularidade em que se filiariam todos os jovens, essencialismo de onde se desprenderia o conceito de juventude” (PAIS, 2008, p. 8).

E tudo isso tem gerado equívocos tanto nos espaços escolares, conforme Pais, assim como, em nosso entendimento, nos projetos sociais que trabalham com jovens. Esses espaços educativos, ou seja, tanto as escolas como os projetos sociais para jovens, que trabalham com o mesmo público, recorrem a uma concepção de jovem que é abstrata, esquecendo-se, nos dizeres de Pais (2008, p. 8), “[...] da pessoa que existe no aluno”. Essa concepção de “juventude”, portanto, deve ser pensada sempre assim entre aspas, visto que, por detrás de cada trajetória singular de cada um desses jovens, existem complexas redes de relações sociais que fazem deles sujeitos sociais, seres distintos em cada configuração social na qual estão em constante interação³³.

Assim, retomando uma frase de Bourdieu que afirma que “[...] a juventude não é mais do que um nome”, Pais (2008, p. 8) mostra o quanto esse termo representa tão somente uma construção verbal ou representacional. Nesse sentido, então, “[...] o primado da diferença entre os jovens – nomeadamente quando se confrontam com suas distintas origens e condições sociais – deve concorrer com o primado de sua pretensa unidade geracional” (PAIS, 2008, p. 8-9)

Tal como o próprio Bourdieu (1983a) aponta, podemos refletir também sobre as próprias relações de poder que são engendradas na noção de juventude, pois essa se constitui, segundo esse autor, como uma ideia social que pode – e que é concretamente – tornar-se sempre manipulável e manipulada. O próprio discurso hegemônico que pensa a juventude como uma entidade universal já traz consigo uma forma de manipulação explícita dessa temática, pois oculta toda diversidade e complexidade de que falamos acima. Tal como

³³ Falamos de interação aqui em um sentido próximo ao que Bourdieu (1983) caracteriza *como modos operandi*, ou seja, do movimento da realidade social também como estruturas estruturantes, estruturas em ação, operando em cada gesto dos agentes sociais, fazendo das estruturas sociais um movimento que está sempre se perfazendo a partir dessas redes de relações nas quais nos constituímos como seres sociais.

coloca o próprio Bourdieu (1983a, p. 13) “[...] o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotados de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente”.

Esse pensador nos chama a atenção, sobretudo, sobre o papel que as classes sociais às quais esses jovens pertencem tem na concessão social em relação a ser ou não ser jovem. Ou seja, existe uma nítida diferença demarcada no jogo das relações sociais que define privilégios e aspirações de vida segundo a posição hierárquica do sujeito dentro do jogo de classes. E a escola, lugar privilegiado nas reflexões produzidas por Bourdieu, acaba, segundo ele, reproduzindo tais relações, pois, ao se enxergar meramente como um lugar no qual tão somente se aprendem conteúdos e saberes, ela não se vê também como “[...] uma instituição que concede títulos, isto é, direitos, e ao mesmo tempo, confere aspirações” (BOURDIEU, 1983a, p. 115). Ou seja, ao invés de assumir um papel crítico e emancipatório em relação às desigualdades sociais a escola acaba servindo de instrumento de reprodução dessas mesmas condições, já que, como afirma Bourdieu (1983a, p. 117), “[...] o sistema escolar é um veículo de privilégios”.

Não podemos perder de vista, portanto, que pensar a questão da juventude na sociedade contemporânea é, sobretudo, pensá-la como um fenômeno revestido de dimensão histórica e sociocultural. Dessa maneira, não podemos falar de uma juventude como processo universal, mas de formas sociais e temporais de representar e vivenciar o que denominamos de juventude. No campo de pesquisa das ciências sociais, inclusive, essa temática tem ganhado, nas últimas décadas, um espaço cada vez mais importante, visto a emergência, especialmente a partir da década de 60, de um ideal de identidade jovem que tem sido projetado como padrão ético-estético especialmente pelos meios de comunicação de massa (SOUZA, 2005).

CORRENTES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE: CORRENTE GERACIONAL E CORRENTE CLASSISTA

Como também destaca Pais (1993), não há um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos de significados que

remetem a ideias e representações sobre os jovens. Como ele mesmo sublinha, “As diferentes juventudes e diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, a diferentes teorias” (PAIS, 1993, p. 37). Para fins metodológicos e analíticos, então, vem a necessidade de agrupar essas diferentes teorias em correntes teóricas. Dessa forma, esse pesquisador nos apresenta duas correntes de pensamento que tomam o fenômeno da juventude numa perspectiva sociológica: a corrente geracional e a corrente classista.

A primeira, denominada de tendência geracional, vê a juventude como grupos de indivíduos que se encontram numa dada fase da vida, construindo um quadro no qual os critérios etários têm uma participação determinante. Para esta corrente de pensamento as mudanças sociais ou as continuidades do quadro social vigentes estão intrinsecamente ligadas às relações estabelecidas entre diferentes gerações, o que geraria tensões que tenderiam a mudanças ou acordos que encaminhariam a um quadro de estabilidade social. Dessa forma, a problemática da juventude aqui se ancora na consolidação de uma conjuntura que aponta sinais de continuidade ou de descontinuidade que se colocam no processo de interação entre as gerações.

O quadro teórico dominante na constituição desta corrente teórica está baseado nas teorias da socialização que foram desenvolvidas por um lado pelo paradigma funcionalista e, por outro, pelas teorias das gerações. No âmbito das teorias funcionalistas da socialização, como destaca Pais (1993, p. 38) “[...] os conflitos ou descontinuidades intergeracionais são vistos, na maior parte dos casos, como ‘disfunções’ nos processos de socialização que respeitam à juventude tomada no sentido de fase da vida”. Para os defensores da teoria das gerações, as descontinuidades intergeracionais são uma condição *sine qua non* para a existência dessa mesma teoria, haja vista que “[...] se não existissem descontinuidades intergeracionais não existiria uma teoria das gerações” (PAIS, 1993, p. 38).

Portanto, para a corrente geracional – tanto no quadro das teorias da socialização quanto no das teorias das gerações –, é importante destacar que as descontinuidades intergeracionais são a base da formação da juventude entendida como uma geração social. Por meio de Sedas

Nunes, Pais (1993) nos faz perceber que uma certa geração social se determina tendo outras gerações como autorreferência (não necessariamente para ser imitada ou servir de modelo). Para tanto, a corrente geracional afirma, ainda, que uma cultura juvenil se caracteriza pela oposição à cultura de outras gerações. Nas palavras de Pais (1993, p. 39), “Essa oposição poderá assumir diferentes tipos de descontinuidades intergeracionais, falando-se ora de socialização contínua ora de rupturas, conflitos ou crises intergeracionais”.

Denominamos socialização contínua quando, sem maiores atritos, os jovens são socializados segundo as normas e valores trazidos e transmitidos pelas gerações anteriores. As teorias imbricadas na socialização contínua, de acordo com Pais, foram dominantes durante a década de 50 do século XX, quando profissionais da área de saúde, como médicos e psicólogos, monopolizavam o discurso científico acerca dos jovens, caracterizando a juventude como um difícil período de maturação desses jovens até que eles pudessem, de fato, alcançar a vida adulta.

Por outro lado, pode-se falar de “[...] rupturas, conflitos ou crises intergeracionais quando as descontinuidades entre as gerações se traduzem numa clara tensão ou confrontação” (PAIS, 1993, p. 39). Neste caso, Pais cita o exemplo de gerações políticas que se formam no âmbito de algumas crises ou processos políticos com certa amplitude. Isso se explicaria pelo próprio estado de disponibilidade e aprendizagem da vida social em que se encontram esses jovens, o que propiciaria que eles vivessem esses processos de uma maneira bastante singular o que acarretaria, conseqüentemente, a formação de uma consciência geracional entre eles.

Dentre as muitas críticas possíveis que poderiam ser elaboradas em relação a esse tipo de abordagem, a mais relevante, segundo Pais, seria a de que ela vê a juventude como uma entidade homogênea, ignorando toda diversidade característica, quando tratamos de problemáticas sociológicas. Temos, assim, a prevalência de uma visão homogeneizadora do fenômeno da juventude, já que esta é vista como um conjunto de indivíduos que estão inseridos em uma dada fase da vida e produziram uma cultura juvenil. Todavia, uma análise mais detida revela que essa é uma tendência de caráter universalista e, por isso mesmo, reducionista.

Por outro lado, temos uma segunda tendência, caracterizada pela corrente classista, que tende a ver a juventude como um conjunto social com características diversas, constituído de diferentes culturas, e os mais variados grupos sociais que em sua gênese, são ligados, entre outros fatores, às diferenças de classe, às situações econômicas distintas e às diversas configurações de poder que emergem nas várias dimensões das relações sociais.

Enquanto, para a corrente geracional, a reprodução das relações sociais está ligada essencialmente às relações intergeracionais, ou seja, à inter-relação entre as diversas gerações, a corrente classista vê essa mesma relação como uma reprodução diretamente ligada às desigualdades reproduzidas pelo sistema de classes sociais. Nessa corrente, o processo de transição da passagem da juventude para a vida adulta é marcado pelas desigualdades sociais que se encontram, por exemplo, na divisão sexual do trabalho e, especialmente, nas dadas condições sociais que perfazem tal mudança.

As culturas juvenis, visualizadas a partir da perspectiva teórica classista, trariam sempre consigo um significado político. Ou seja, os rituais provenientes dessas culturas acabam, na maior parte das vezes, por manifestar a capacidade de resistência desses grupos em frente a situações de opressão, o que cria espaços sociais próprios. Contudo, como a capacidade de se apropriar e recriar espaços fora do âmbito doméstico é mais visível entre os jovens do gênero masculino, principalmente os de origem operária, Pais (1993) nos chama a atenção para o fato de que não é de se estranhar que a corrente classista tenha se orientado fundamentalmente para estudos das culturas juvenis masculinas e operárias.

Na Grã-Bretanha, por outro lado, essa tendência foi descoberta de forma pioneira por adeptas do movimento feminista que, em resposta, passaram a se dedicar ao estudo das “culturas femininas” partindo da ideia de que, nas classes trabalhadoras, as culturas femininas estariam intrinsecamente vinculadas à divisão sexual do trabalho e à obrigatoriedade social do matrimônio, como forma de essas mulheres cumprirem seus papéis sociais de mães e esposas e alcançarem, então, uma relativa emancipação (PAIS, 1993). Não obstante, esses grupos de tendência feminista

acabaram por cair no mesmo equívoco que estavam criticando, ao analisar o universo feminino, deixando à margem o mundo masculino, como se fossem realidades dissociadas, quando, de fato, são realidades que se constroem mutuamente num movimento de intersecção.

No caso também dessa corrente teórica, Pais (1993) expõe alguns de seus limites ao tentar analisar as culturas juvenis. Um deles é ter dificuldades de explicar o motivo da aderência de jovens das mais diversas classes sociais a valores que são bastante semelhantes, como a convivialidade, o dinheiro, a música, a sexualidade, etc. Também não podemos afirmar que a condição social desses jovens que pertencem a uma dada classe social acabe por determinar, de forma homogênea, as culturas e os modos de vida desses mesmos jovens, como fazem supor alguns trabalhos ligados à corrente classista. Esse determinismo, aliás, é um exemplo concreto da forma equivocada com que o conceito de classe social tem sido apropriado por alguns pensadores que o usam como algo estático e sem relação com as próprias mudanças históricas. Como Pais nos faz ver:

Da mesma forma que é incorreto pensar-se na noção de velocidade prescindindo de variáveis como o tempo e o espaço, também seria incorreto pensar-se em classes sociais prescindindo de variáveis como tempo histórico e as relações (de antagonismo, cooperação, conflito, aliança ou luta...) que se estabelecem entre essas classes (PAIS, 1993, p. 50).

Por isso, sem negar as questões de classe que são inerentes a esta problemática, a intenção é que isso fique explícito até mesmo por uma questão de ética científica e intelectual. Ressaltamos que, assim como Pais, entendemos que esse é um conceito complexo e deve ser analisado em suas potencialidades e seus limites, tendo em vista que um trabalho científico não deve ter pretensões de dar respostas absolutas a qualquer questão, mas, sobretudo, conduzir a diferentes reflexões sobre um determinado fenômeno.

JUVENTUDE E OS CONCEITOS DE MORATÓRIA SOCIAL E MORATÓRIA VITAL

Tendo por princípio que vivemos numa sociedade desigual e hierarquizada, sobretudo pelas diferenças de classe, surge uma noção de fundamental importância para entender como se dá a questão do ser jovem nessa conjuntura: trata-se do conceito de moratória social, que é trabalhado por Margulis e Urresti (1996) e Margulis (2001). A moratória, segundo esses pesquisadores, pode ser definida como um prazo socialmente prescrito para que os jovens possam gozar de um relativo período no qual usufruam de tempo livre e, ao mesmo tempo, se preparem melhor para assumir certas funções no mercado de trabalho. Como afirma Margulis (2001, p. 43):

La noción de ‘moratoria social’ alude a un plazo concedido a cierta clase de jóvenes, que les permite gozar de una menor exigencia mientras completan su instrucción y alcanzan su madurez social y económica. Es un período de permisividad, una especie de estado de gracia, una etapa relativa de indulgencia, en que no les son aplicadas con todo su rigor las presiones y exigencias que pesan sobre las personas adultas.

A moratória social refere-se, por conseguinte, a um tempo que é socialmente legitimado pelas famílias desses jovens, em especial, para que eles possam se dedicar aos estudos e, dessa forma, se capacitar para assumir futuros papéis sociais culturalmente valorizados. Como mostra Margulis, os jovens que detêm o capital social, geralmente jovens das classes médias e abastadas, têm a oportunidade de estudar por um período de tempo mais longo, postergando as obrigações da vida adulta. Devido a esse fato, “[...] se casan y tienen hijos más tardíamente, gozan de un período de menor exigencia, de un contexto social protector que hace posible la emisión, durante períodos más amplios, de los signos sociales de lo que generalmente se llama juventud” (MARGULIS; URRESTI 1996, p. 17).

É importante perceber aqui, todavia, essa moratória como uma condição de classe, localizada numa determinada estrutura ou grupo social. Dessa forma, o que deveria ser um direito de todos os jovens, independentemente da condição socioeconômica em que se encontram, acaba se tornando um privilégio para aqueles que estão numa condição de classe privilegiada. Dessa maneira, os jovens advindos das classes populares têm uma moratória social muito menor, ou até ausente, em relação aos jovens de classes mais abastadas, pois, quando não vão trabalhar cedo

para sustentar a família, acabam com um tempo ocioso,³⁴ mas totalmente desprovidos de recursos materiais que lhes garantam tal moratória.

O autor faz uma análise de cunho sociológico, mostrando a importância que a moratória social tem em termos das classes economicamente privilegiadas enquanto, nas classes populares, pelo fato principalmente de terem que trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família, esses jovens têm um prazo de moratória social (ou, traduzindo, um prazo de viver a juventude no seu sentido mais pleno) muito menor em relação àqueles.³⁵ O desemprego e a precarização no mercado de trabalho, inclusive, têm feito com que, nas classes mais abastadas, o período de moratória social se prolongue cada vez mais. Isso se justifica, na maioria das vezes, com o discurso de que, com um mercado de trabalho cada dia mais competitivo, é necessário estudar e se qualificar cada vez mais, o que faz com que jovens de classes médias tenham um período de moratória cada vez maior e não é incomum, nessas camadas sociais, que a moratória social se prolongue até próximo aos 30 anos de idade.

Todavia, como já afirmamos, a moratória acaba se tornando um privilégio de classe, especialmente num país com níveis tão contrastantes de desigualdades como o Brasil. Atingidos também pelo desemprego e por falta de perspectivas de futuro com condições econômicas e sociais mais dignas, os jovens advindos das camadas populares acabam, nesse processo, abandonando a escola e buscando trabalho muito cedo, mesmo em condições precárias, já que é

³⁴ Faz-se necessário destacar que esse tempo, para os jovens em situação social privilegiada, é entendido como tempo livre, enquanto, para os jovens de classes populares, é um mero tempo ocioso.

³⁵ De acordo com que afirmam Margulis e Urresti (1996, p. 17) “[...] los integrantes de los sectores populares tendrían acotadas sus posibilidades de acceder a la moratoria social por la que se define la condición de juventud; non suele estar a su alcance el lograr ser joven en la forma descripta: deben ingresar tempranamente al mundo del trabajo – a trabajos más duros y menos atractivos –, suelen contraer a menor edad obligaciones familiares (casamiento o unión temprana, consolidada por los hijos). Carecen del tiempo y del dinero – moratoria social – para vivir un período más o menos prolongado con relativa despreocupación y ligereza”.

essencial que, desde a mais tenra idade, possam contribuir para o sustento de suas famílias.

Por tudo isso, podemos afirmar, tal como apontam as análises de Camacho (2007), que a moratória social é uma mera ilusão para os jovens pobres que vivem nas periferias. Essa pesquisadora, inclusive, mostra que o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento social e Humano, seu objeto empírico de pesquisa, também não consegue resgatar esse direito para os jovens atendidos por esse mesmo programa. Ao contrário, estudos como os dela têm apontado que programas como o Programa Agente Jovem, embora possa representar uma tentativa de resgatar a moratória para os jovens em situação socioeconômica precarizada, acaba, em suas práticas cotidianas, conduzindo para o contrário disso, na medida em que se torna um instrumento de controle do tempo desses jovens e de seus comportamentos. Torna-se, desse modo, uma forma de controle do Estado da vida de garotos e garotas que poderiam representar um perigo para a sociedade, por se encontrarem em áreas com altos índices de violência e, portanto, seriam potenciais candidatos ao mundo do tráfico de drogas e da marginalidade. Assim, ao buscarmos uma análise crítica do conceito de juventude, devemos nos atentar para toda relação de desigualdade que está pautando o lugar que os indivíduos assumem ou não como jovens. Nessa perspectiva, a juventude pode ser privilégio que não é colocado ao alcance de todos, dadas as vantagens estabelecidas pelas relações antagônicas de classe.

Ademais, apesar de Margulis e Urresti (1996; 2001) não afirmarem isso diretamente em seus textos, é possível estender a ideia de moratória social não somente a partir das relações de classe, mas também a partir de outras relações de poder que pressupõem dominação e submissão. Dessa forma, além da classe social, podemos pensar que relações, como as de gênero, raça, etnia ou até mesmo a localização geográfica do sujeito, contribuem, de forma significativa, para que ele seja contemplado ou não com a moratória social.

Margulis reconhece, entretanto, que, além da moratória social, há que se considerar a existência de uma energia, um vigor e destemor por ele denominado de moratória vital, que surge da sensação dos jovens de distância da morte, das doenças e da velhice. Existe, assim, no jovem,

uma sensação de invulnerabilidade, de segurança, pois, em sua representação “[...] la muerte está lejos, es inverosímil, pertenece al mundo de los otros, a las generaciones que preceden en el tiempo, que están antes para cumplir con esa deuda biológica” (MARGULIS, 2001, p. 20).

Essa moratória vital está relacionada, portanto, com um crédito na ordem natural do tempo, em seu sentido biológico, e se vincula ao aspecto energético do próprio corpo – que boa parte dos nossos jovens caracterizam, na linguagem coloquial, como “adrenalina”. Todavia, o lado negativo está nos riscos que esses jovens correm ao se exporem a situações perigosas e de excessos – em relação ao trânsito, às bebidas, às drogas ilícitas, etc. – que acabam muitas vezes os conduzindo a comportamentos autodestrutivos que são expressos, sobretudo, no número de jovens que morrem por envolvimento nos casos acima citados. É importante destacar, por fim, que essa moratória é comum a todos os jovens, independentemente da classe social. Dessa forma, os jovens das classes populares estão, também, contemplados com um tipo de moratória: a vital.

JUVENTUDE COMO PROBLEMA SOCIAL E JUVENTUDE COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO

A juventude, como analisa Pais (1993), é vista, na maioria das vezes, como um problema social que o autor enumera em diversos aspectos: “[...] eles [os jovens] são os problemas de inserção profissional, os problemas de falta de participação social, os problemas de droga, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais” (PAIS, 1993, p. 26-27). Como afirma ainda o autor, esses são apenas alguns dos problemas que são socialmente reconhecidos como problemas tipicamente inerentes ao universo juvenil. Entretanto, o desafio colocado aqui é o de transformar o “problema social da juventude” em um problema sociológico, o que implica, como condição *sine que non*, diferenciarmos estas duas dimensões interpretativas da realidade – ou seja, a juventude como um problema social e como um problema sociológico, de dimensão científica – que é nosso objetivo refletir neste momento.

Ora, os problemas sociais nascem da própria dinâmica social na qual estão inseridos, de alguma forma, os vários atores sociais que

constituem o que denominamos de realidade social. Eles são, sobretudo, problemas que emergem de uma dada realidade material e social, forçando-nos sempre a pensar em possíveis soluções para a inversão desses mesmos quadros sociais que estão colocados em certa conjuntura (PAIS, 1993). Os problemas sociológicos, por outro lado, colocam-se numa outra dimensão, dirigindo-se especialmente à interrogação dessa mesma realidade tida como óbvia para as representações sociais construídas pelo senso comum. Assim nos dirigimos a essa mesma realidade a fim de interrogá-la em suas pretensas convicções. Desse modo, “[...] completamente diferentes são os ‘problemas sociológicos’, dirigidos essencialmente à interrogação da realidade: será esta o que parece ser? Por que se fala em problemas da juventude? Sempre os houve? Como surgiram?”³⁶ (PAIS, 1993, p. 21).

Tendo em vista essa diferenciação, Pais nos propõe pensá-la a partir do objeto de estudo por ele analisado, ou seja, as culturas e os grupos juvenis. Para tanto, é preciso, *ipso facto*, estabelecer rupturas com as representações correntes da juventude e, dessa maneira, romper com a própria *doxa* dominante para, então, desenvolver uma outra *doxa* livre do espontaneísmo e que não se isente de se tornar paradoxal, afinal:

[...] a emergência das teorias científicas é sempre de natureza paradoxal. E, como as teorias, também os conceitos são paradoxos, até no sentido em que se multiplicam para cobrirem aparentes unidades da realidade, como afinal acontece, como veremos com o conceito de juventude (PAIS, 1993, p. 22).

Como coloca Pais, contudo, a representação corrente que se faz em relação à

³⁶ Distinguindo de forma radical estas duas instâncias possíveis de interpretação da realidade, uma que fala dos problemas sociais e outra que se radica nos problemas sociológicos, Pais deixa claro, em sua acepção epistemológica, a distinção completa entre as duas, tendo em vista que elas “[...] têm, por conseguinte, origem completamente distinta, não tolerando uma redução mútua” (PAIS, 1993, p. 21-22). Os problemas sociológicos, portanto, nascem da ruptura que busca de alguma forma reconstruir os fundamentos da própria realidade por meio de um viés analítico que toma a juventude como um *mauvais obect*, ou seja, “[...] o objeto ‘pré-construído’, que importa ‘destruir’, para eventualmente o ‘reconstruir’” (PAIS, 1993, p. 22).

juventude acaba colocando-a numa dimensão universalista já que vê a cultura juvenil como unitária. Porém, esse autor esclarece que, para se construir uma sociologia da juventude, é importante pensarmos tanto nas possíveis similaridades entre os diversos grupos juvenis – entendendo aqui as várias situações, expectativas e aspirações, por exemplo – quanto nas diferenças sociais que demarcam os mais diversos modos de ser jovem. Citando A. Sedas Nunes, Pais (1993, p. 22) nos faz compreender que:

Não se vê como possam englobar-se, numa mesma geração – e por conseguinte num mesmo grupo –, indivíduos que, apesar de coetâneos e portadores do sentimento comum de se encontrarem em presença de outras gerações na sociedade, se identificam a si mesmos como pertencendo, por exemplo, a classes sociais, grupos ideológicos ou grupos de profissionais diferentes.

Pais (1993) fala de como as culturas juvenis aparecem associadas a um conjunto de símbolos, crenças, valores, normas e práticas que certos jovens parecem compartilhar. Todavia, esses elementos compartilhados tanto podem ser próprios a uma fase da vida, ou seja, na noção de que juventude seria uma dada fase da vida, quanto podem também ser o que ele chama de elementos “derivados ou assimilados”, o que significa que podem ser elementos de gerações precedentes (corrente geracional) que são internalizados por esses jovens ou diretamente ligados à situação de classe desses jovens (corrente classista).

Um termo-chave que Pais usa é a expressão “paradoxos da juventude” que pode ser entendida como uma forma de contrapormos, de um lado, as representações comuns que se fazem dos jovens e, por outro, manifestações contrárias a essas ideias que podem ser encontradas, por exemplo, pelo olhar tipicamente sociológico, quando nos propomos a analisar e a entender concretamente o jovem em suas relações e contradições reais – seja por meio de seus comportamentos cotidianos, seja por seus modos de pensar e agir, seja por suas expectativas em relação ao futuro, nas suas representações e identidades sociais. Uma perspectiva sociológica da juventude se constrói, portanto, a partir do momento em que vamos das representações do senso comum para uma problematização crítica que traga consigo um olhar tanto da realidade cotidiana desse jovem quanto das suas próprias representações valorativas de mundo.

Uma proposta desse nível, portanto, deve partir, mas nunca permancer no nível dos discursos mais imediatos, mas deve partir da dúvida e da problematização, pois, ao problematizarmos, partimos de interrogações e de hipóteses. Não temos nenhuma resposta dada *a priori*, pois o ofício do pesquisador é sempre o da busca de soluções e repostas para suas questões. Nesse sentido, devemos, numa pesquisa que enfoque a temática das juventudes, pensar os jovens numa perspectiva problematizadora, o que não significa pensá-los como problemas. Chamamos a atenção em relação a isso porque Pais, tal como vários outros autores que utilizamos como referencial teórico neste trabalho, mostra como, ao se trabalhar com a questão da juventude, incorre-se no erro de pensar o jovem como um problema social. Para fins de ilustração, retomamos, intencionalmente, a citação que se encontra no primeiro parágrafo desta unidade, mostrando como Pais (1993, p. 27) direciona a questão agora para uma perspectiva sociológica:

Apresentei uma versão da juventude. A juventude como problema social: eles são os problemas de inserção profissional, os problemas de falta de participação social, os problemas de droga, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais, só para focar alguns dos problemas socialmente mais reconhecidos como específicos dos jovens. Mas sentirão os jovens estes problemas como os seus problemas?

Com esta pequena interrogação, o autor explicita claramente “[...] como transformar o problema social da ‘juventude’ em problema sociológico” (PAIS, 1993, p. 27). Ressalta-se aqui que o ponto de partida é o da interrogação, que está na dimensão da incerteza, de algo que procura uma resposta. A representação comum da juventude a transformou num verdadeiro mito que é difundido especialmente dentre os meios de comunicação de massa que mostram aspectos fragmentados da cultura juvenil – delinquência, estética, moda. Entretanto, como ressalta Pais, o mito existe muito mais como uma representação social do que como uma realidade. Em sua própria pesquisa etnográfica, ele conclui que alguns jovens se reconhecem na imagem pregada por esses mitos – quando eles formam nesses jovens uma certa “consciência geracional” – enquanto, para outros, que não se identificam com essas mesmas representações, existe a ideia de que a

experiência de ser jovem é diferente de uns em relação aos outros. Por tudo isso: “O desafio com o qual temos de defrontar é, então, o da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogênea” (PAIS, 1993, p. 28).

Assim, ao trabalharmos na pesquisa com jovens, devemos não nos prender a representações hegemônicas que tomam certos estigmas sociais e preconceitos como certezas, especialmente por se tratar de jovens de classes populares que têm uma vida marcada por esses mesmos estigmas. É necessário um olhar problematizador que deve se desvincular dessas noções de lugar comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as questões colocadas podemos perceber o grande desafio no qual está lançado o pesquisador que se propõe a estudar o fenômeno da juventude, ou melhor, das juventudes, tendo em vista toda complexidade aí imbricada. As dimensões históricas, políticas, culturais, classistas e de gênero, entre outras, são, em conjunto, fundamentais para compreendermos tanto a construção das diversas formas de ser jovem quanto das diferentes representações sociais que se constituem em torno de tal fenômeno. Destacamos aqui, ainda, que estas diversas dimensões devem ser estudadas não de forma dissociada, mas de forma conjunta, a fim de evidenciar as juventudes como portadoras de diferenças e singularidades que constituem sua pluralidade e diversidade nos distintos espaços sociais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

CAMACHO, L. M. Y. A ilusão da moratória social para os jovens das classes populares. In: SPÓSITO, M.P. (Org.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades e regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Fapesp, 2007.

MARGULIS, M. Juventud: una aproximacion conceptual. In: BURAK, S. D. (Comp.). **Adolescência e juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

MARGULIS, M; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

_____. Máscaras, jovens e “escola do diabo”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

SOUZA, Maria Antonieta A. A juventude no plural – anotações sobre a emergência da juventude. In: ALVIM, R.; QUEIROZ, T; FERREIRA Jr, T. (orgs.). **Jovens & juventudes**. João Pessoa : PPGS : UFPB, 2005.

Informações do autor: Cientista social e mestrando em educação pelo PPGE / Ufes.